# AAVV. 2024. *Não esquecerei o que então chamámos esperança. Antologia de crónica autobiográfica sobre a Revolução de Abril*, organização, notas e posfácio de Carina Infante do Carmo *et al.* Faro: Universidade do Algarve Editora, 263 pp. ISBN 978-989-9127-86-9, 978-989-9127-87-6.

*João Minhoto Marques**

*Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 43 (2024), 257-260. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/k5ab-kjwe

*Não esquecerei o que então chamámos esperança* é uma antologia de textos cronísticos acerca do 25 de Abril, publicados ao longo do último meio século, nomeadamente entre 1974 e 2024 (a primeira crónica antologiada, da autoria de Maria Judite Carvalho, apareceu no *Diário de Lisboa* de 29 de Maio de 1975; a última, de Capicua, data de 9 de Janeiro de 2024 e foi publicada no *Jornal de Notícias*). Para além do tema, o que une estes textos é a particularidade do género e da enunciação, pois, como informa o subtítulo da obra, trata-se de uma "Antologia de crónica autobiográfica sobre a Revolução de Abril". Privilegiando-se o ponto de vista autobiográfico, valorizam-se, antes de mais, os discursos particulares e as respectivas escolhas sobre o objecto acerca do qual se pronunciam as cinquenta e oito vozes que assinam o mesmo número de crónicas recolhidas por Carina Infante do Carmo, Filipa Perdigão Ribeiro, Rita Baleiro e Sofia Andrade, organizadoras do presente volume e ainda responsáveis pelas notas (biobibliográficas e de pé de página) e pelo posfácio com que ele termina.

Os critérios da escolha e organização do *corpus* encontram-se explicitados quer na nota que antecede o índice, quer no mencionado posfácio. Na primeira, refere-se que a "antologia apresenta os textos divididos por cinco décadas, a partir de 1974 […] [e que, em] cada década, […] foram organizados por ordem cronológica de ano de publicação e dentro de cada ano, por ordem alfabética do nome do autor" (p. 7). No segundo, onde a lógica dominante é interpretativa, explica-se que a "organização da antologia por décadas dá a ver uma espécie de filme do tempo pessoal com a história coletiva em fundo, escrito por

* Universidade do Algarve, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-1883-6493. *E-mail*: jmarques@ualg.pt.

testemunhas participantes ou evocativas" (pp. 262-263). Reitera-se, por outro lado, que o "registo da memória de Abril nos últimos 50 anos […] [se faz] na presente antologia com base no género crónica" (p. 260), explica-se a opção por este género e, em particular, pelo registo autobiográfico; argumenta-se, assim, que "Escolher as crónicas autobiográficas para recordar a Revolução dos Cravos permite assinalar a passagem das décadas como um tempo que não é contínuo, padronizado ou uníssono", sublinhando-se ainda que "a escolha do que se recorda da Revolução é, para muitos destes cronistas, um gesto de contraste (e mesmo de contradição) face a discursos dominantes sobre o significado do 25 de Abril" (p. 261). Explicita-se, por fim, que a ideia segundo a qual "o 25 de Abril configura um legado-base da democracia portuguesa e a sua memória não é matéria do estrito acontecido e encerrado mas implica reiteradamente o presente a partir do qual é (e como é) ou não lembrado" (p. 263).

A escolha de novamente dar voz a quem se manifestou, num determinado momento dos últimos cinquenta anos, acerca de Abril de 1974, pode ser entendida como uma forma de preservar textos que, pela sua natureza genológica e pelos locais de publicação eleitos, são marcados pela efemeridade e pela contingência (apesar de alguns deles terem, entretanto, sido republicados em livro). Deve também, por outro lado, ser destacado o propósito que decorre dessa condição e da subjectividade inteiramente assumida pela voz de quem conta: o registo pessoal, o pormenor que se perderia, a visão de quem participou na revolução e sobre ela testemunha, mas também o ponto de vista de quem, não tendo nem nela participado, nem a tendo testemunhado, dá conta do modo como a percepciona.

Está, assim, em causa o valor do texto enquanto objecto com uma materialidade própria, mas também enquanto inscrição num tempo específico. Os gestos de selecção, leitura e republicação na antologia assinalam esse valor e ampliam-no, uma vez que, por um lado, contrariam o seu percurso habitual e, por outro, reinventam o processo de recepção. Quem contacta com o livro já não é apenas o leitor ocasional da crónica tão passageira quanto veloz; ele é agora aquele a quem é pedido que reflicta sobre o que cada texto diz e que relacione isso com o que os outros textos do livro também dizem, pois, iluminando-se mutuamente, oferecem uma multiplicidade de ângulos de visão e de sentidos acerca de Abril. Por outro lado, a voz que era singular afina-se agora com outras, numa ampla polifonia, adquirindo, por isso mesmo, uma estatura que ombreia com a de outras vozes enquadradas por instâncias institucionais.

Como se depreende, trata-se de propor, em concomitância com outros discursos (porventura decorrendo sobretudo de visões de conjunto estruturadas), a força persuasiva da experiência pessoal, cuja demonstração resulta precisamente da lógica do acontecido ou do percepcionado, de acordo com o ponto de vista de quem conta. O narrado pode,

então, furtar-se a uma espécie de factualidade pura (se é que tal pode sequer ser concebido) ou verificável por outrem, porque é o plano da enunciação e o olhar de quem conta que está em causa, embora articulado com outros enunciadores.

As vantagens desta proposta, oferecida pela presente antologia, transcendem as que se poderiam referir ao domínio estrito e intransitivo da opinião pessoal, uma vez que o "corpo polifónico" (p. 260) dos textos oferece ao leitor um objecto pluridimensional. O 25 de Abril a descobrir neste livro é, desta forma, construído simultaneamente pela visão correspondente ao corte temporal desse evento de 1974; por uma perspectiva evolutiva, sintagmática, referente ao tempo que se lhe segue; pelo balanço do presente cronístico. Na verdade, até as crónicas de datas mais recuadas (a de Mário Castrim, de 26 de Abril de 1974, e a de Maria Judite de Carvalho, de 29 de Maio de 1974, ambas publicadas no *Diário de Lisboa* – cf., respectivamente, pp. 17-23; 15-16) dão conta, com diferentes graus de distanciamento, da singularidade do sentido que, antes de se entretecer com outros, decorre do trabalho da memória e da capacidade do narrador para fixar o que, de outro modo, poderia ser para sempre irrelevante.

Neste aspecto, o título da obra, *Não esquecerei o que então chamámos esperança*, tomado de um texto de José Saramago, reitera a relevância própria de cada uma e de todas as crónicas, tal como a da antologia: recordar, contra quaisquer movimentos de obliteração, esses sentidos, o seu lugar próprio e o seu legado. Cada texto aqui reunido enuncia uma aprendizagem ou uma memória particular, cuja leitura pode gerar diferentes reacções, mas certamente não se coadunará com a indiferença. Os próprios modos, muito diversos, de equacionar os temas que cabem na construção do objecto que a todos une constitui matéria de reflexão, uma vez que olhares aparentemente inconciliáveis coexistem, sem disputa e com pertinência, na lógica da antologia: desde a consciência juvenil da crónica de Julieta Monginho, sob o signo de Cícero, passando pela acidez da crítica de Joaquim Letria ao monumento de Cutileiro e às reacções que despertou, até à homenagem a figuras notáveis que, de diferentes modos, deram o seu contributo a Abril ou que a propósito deste são recordadas, como, por exemplo, Afonso Duarte (no texto evocativo de Fernando Alves), Óscar Lopes (na homenagem de Arnaldo Saraiva) ou José Gomes Ferreira (no retrato que dele traça António Alçada Baptista).

Na verdade, e num outro plano, o memorial do 25 de Abril a que o leitor acede nesta obra nada tem de estático, porque ele não pode deixar de se sentir interpelado, quer emotiva, quer racionalmente. Recorde-se a crónica de José Cardoso Pires, intitulada "A visita", na qual o narrador se desloca à rua António Maria Cardoso para, na sede da PIDE, "prestar testemunho sobre um tempo, uma memória vencida" e se depara com "dois pides", em "junho, ano de 77" (p. 52); irmanado com estes pelo "rótulo" de "visitante" (p. 53), ele

reflecte sobre como se pode conviver quer com a memória do regime fascista e dos seus actos, quer com os sinais que dele irrompem num tempo de liberdade que, ao contrário do que seria de esperar, não consegue equacioná-los com justiça. A revolta e a amargura de quem teve "de coabitar com o hálito distante que exalam os torcionários quando regressados ao covil, retensos, e com o seu olhar ensinado e voraz" (p. 55), são testemunhadas pelo leitor que acompanha ainda a incredulidade do narrador quando lhe é perguntado se se considera "prejudicado pelos actos praticados sobre a sua pessoa" (p. 55). E se o narrador percebe que não se pode deixar de responder a tal pergunta com a pedagogia da ética da liberdade e dos valores a ela associados, o leitor não pode deixar de interpretar essa mesma atitude, e a própria resposta, como a razão de ser da crónica. O que nessa réplica é dito (nomeadamente, que "todas as denúncias a essa Polícia […] reproduzindo matéria falsa ou verdadeira […] representam um dano moral e um atentado à liberdade do semelhante só por si condenatórios […] além de prejuízos materiais que na maior parte dos casos é impossível avaliar" – p. 55) só pode ter um cunho de evidência se a memória a que se refere estiver presente e for compreendida.

De facto, em alguns dos textos presentes neste volume não se trata apenas do perigo da ignorância ou do esquecimento da censura, da PIDE, das prisões, da tortura, da dor; está também em causa a indiferença por esses factos e o despontar da possibilidade de reescrita desse tempo, transfigurando-os, tornando-os anódinos ou instaurando a vergonha de sobre eles falar. São estes aspectos que crónicas como a de Lídia Jorge mostram. Em "O esconderijo", não é apenas recordado como o regime de Salazar e Caetano lidava com os livros que proibia e como se podia resistir a essa censura; este texto, datado, aliás, de meados da década de noventa, narra igualmente o destino de uma biblioteca proibida em tempo de liberdade e democracia. A progressiva secundarização desses livros na vida de uma família e o seu posterior desaparecimento constituem uma espécie de fábula contemporânea que importa interrogar; deve-se perceber, por um lado, porque é que "Aquela biblioteca incomoda" (p. 135), e, por outro, a conclusão da narrativa: "Tenho vergonha, não pergunto. Foi o tempo. O que está passado, passou" (p. 135). A leitura de *Não esquecerei o que então chamámos esperança* ajuda, certamente, nesta tarefa.